

Educação, infâncias e natureza: contribuições teóricas e práticas de pensadores (as) educacionais brasileiros (as)

**Estudante de Graduação Autor:
Nathan Pedro B. Rosa**

**Outros Autores: Thaís de Jesus Avelino
Fauston Negreiros**

Orientador: Marilene Proença R. de Souza

Universidade de São Paulo

nathanpbra86@usp.br

Objetivos

O objetivo deste trabalho é elaborar trajetória historiográfica de experiências educativas e teorias do processo de escolarização em contato com a natureza no Brasil, a partir século XX, buscando entender quais as experiências existentes nesse período, suas implicações para a formação de seus estudantes, assim como as concepções de natureza utilizadas em cada contexto social, histórico e cultural.

Métodos e Procedimentos

O método escolhido consistiu em um levantamento bibliográfico documental, com recorte temporal de 1901 a 2021, localizando marcadores temporais – fatos históricos, obras publicadas, legislações nacionais, tratados internacionais, congressos nacionais e internacionais, entre outros – de diferentes áreas e em convergência com o escopo do estudo. Além disso, procura-se desvelar pensadores(as) brasileiros(as) que tiveram influência na idealização e na criação de políticas educacionais e/ou em experiências educativas em contato com a natureza.

As buscas foram realizadas em diferentes fontes historiográficas como bases de dados eletrônicas, bibliotecas virtuais, arquivos públicos, plataformas legislativas e educacionais, utilizando as palavras chave “Escolas ao Ar Livre”, “Natureza”, “Educação Rural”, “Educação ambiental” e “Experiências

Educativas”. Tendo como fontes livros, trabalhos de dissertação de mestrado, teses de doutorado, documentos legislativos, dentre outros.

Resultados Preliminares

A crise sanitária causada pela tuberculose, que perdurou até a metade do século XX, perpassou pela constituição de práticas educacionais e pedagógicas fomentando discussões que trouxessem à tona uma perspectiva de educação higienista e eugênica ancorada no discurso das ciências biológicas. No Brasil, a pedagogia é absorvida pelo discurso médico-sanitarista tendo influência na criação do Ministério da Saúde e da Educação em 1930, nas políticas educacionais, na reestruturação da arquitetura escolar, no currículo prescrito, na formação de professores e nas experiências de escolas ao ar livre até meados das décadas de 1950 e 1960.

Além das Escolas ao Ar Livre, outro movimento que ganhou força no início do século XX foi o da “Educação rural”, no Brasil e na América Latina, compondo um quadro que, por alguns autores, foram intitulados como ruralismo pedagógico e tinha como perspectiva a concepção médico-sanitária e eugenista, visando “cuidar” da saúde das crianças, reabilitando e evitando a degeneração da raça, perspectiva defendida por diferentes médicos e políticos. Além deste movimento, havia a necessidade de fixação do trabalhador no campo, evitando o êxodo rural,

contendo o fluxo migratório para os grandes centros urbanos. Neste contexto, percebe-se um pluralismo de práticas educacionais e de referenciais teóricos que em certos momentos transcendem o viés médico-sanitário.

Alguns dos objetivos educacionais no Brasil em relação a implementação da educação rural era de formar trabalhadores preparados para atuar na região rural, levando em consideração o fato de que por muito tempo e até hoje, havia um anseio político de que o Brasil pudesse se consolidar como um país agroexportador. Além disso, alguns pensadores(as) como Alberto Torres, Noêmia Cruz, Carneiro Leão, Sud Menucci, políticos como João Goulart, entre outros, traziam em seus discursos a narrativa que a melhoria das condições sanitárias e educacionais nas escolas do campo, concomitantemente, traria avanços para o bem estar das pessoas, para a construção de um nacionalismo e de trabalhadores prontos para servir aos interesses econômicos da elite brasileira.

Após esse período, o Brasil e em outros países da América Latina deparam-se com regimes militares (1964-1987). Na segunda metade do século XX, alguns dos temas que se articularam com experiências educativas em contato com a natureza foram: a força dos movimentos sociais, articulação política da educação escolar indígena, reforma agrária, educação no/do campo e a eclosão de pesquisas e discussões sobre a Educação ambiental, muito ligada às discussões sobre as mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável.

Conclusões

Por meio deste estudo, foram desveladas diversas práticas educacionais em contato com a natureza no Brasil, bem como foram percebidas diferentes concepções acerca do sentido atribuído ao conceito de natureza. Outro ponto elencado na investigação, por exemplo, é a perspectiva da natureza enquanto um recurso para alcançar objetivos econômicos, moralistas, de nacionalização, de aculturação, entre outros.

Assim, espera-se enriquecer o arcabouço teórico quanto ao tema da inter-relação entre educação, infâncias e natureza e produzir materiais que sirvam de subsídio para a criação de políticas públicas e práticas educacionais

em contato com a natureza, potencializando o desenvolvimento integral dos estudantes.

No entanto, a pesquisa possui limitações como, por exemplo, a impossibilidade de abranger toda a amplitude dos territórios culturais e da pluralidade de práticas educacionais em cada contexto/lugar.

Sugere-se, então, a realização de mais estudos que explorem outras práticas educacionais em outros espaços não privilegiados na pesquisa, bem como as realizações educativas de outros países, Estados, municípios e outras culturas, desmistificando o processo de naturalização do modelo escolar hegemônico, que aposta no controle dos corpos e das mentes (Foucault), além de confinar e segregar os sujeitos, de tal forma que a natureza é vista com uma parte externa à espécie humana.

Referências Bibliográficas

DALBEN, A. Mais do que energia, uma aventura do corpo: as colônias de férias escolares na América do Sul (1882-1950). 2014. 389 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2014.

MORAES, Agnes Iara Domingos. Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968). 2014. 183 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014.

ECAR, A. L. Debates sobre ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943). 2017. 294 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NETO, B. L. EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL :Do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo.Uberlândia. Navegando publicações. 2016.

VIEIRO J; MEDEIRO, L.M. Princípios e concepções da educação do campo [recurso

eletrônico]. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018.

GADOTTI, Moacir. Ecopedagogia, Pedagogia da terra, Pedagogia da Sustentabilidade, Educação Ambiental e Educação para a Cidadania Planetária. 2009. Acervo do Centro de Referência Paulo Freire.

BONIN, Iara. Cosmovisão Indígena e Modelo de Desenvolvimento. Conselho Indigenista Missionário.

TASSINARI, A. M. I. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. 2008. Ilha – Revista de Antropologia. Edição v. 10 n. 1. Seção Ética e Interculturalidade.

